



**Relatório parcial Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022**  
**Transparência Eleitoral Brasil**  
**2º turno**

**1) Introdução: Contexto político das eleições gerais 2022 entre os turnos**

O ambiente de tranquilidade que caracterizou a divulgação dos resultados do 1º turno abriu espaço a tensionamentos entre candidaturas à presidência e instituições, com enfoque em órgãos do Poder Judiciário.

Conforme esta Missão de Observação Eleitoral, segundo dados contidos em seus comunicados do dia da votação e em seu relatório parcial divulgado 48 horas após o domingo eleitoral do dia 02/10, a votação do primeiro turno foi caracterizada pela normalidade.<sup>1</sup>

Alguns elementos, contudo, devem ser pontuados nesta parte introdutória, como debates envolvendo o transporte público nas cidades para viabilizar o direito de voto, que contou com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF),<sup>2</sup> decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) envolvendo proibição de operações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em transporte público gratuito ou não de passageiros; a presença de discussões religiosas e a ocorrência de proselitismo em cultos e templos religiosos de diversas correntes e doutrinas<sup>3</sup>; o movimento de questionamento de pesquisas eleitorais logo após a divulgação dos resultados do 1º turno; bem como os impactos das medidas em prol da transparência do sistema eletrônico de votação, como o projeto-piloto do

1

<sup>1</sup> <https://transparenciaeleitoral.com.br/2022/10/04/te-brasil-parcial-comunicado-eleicoes-2022-2/>

<sup>2</sup> <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=496254&ori=1>

<sup>3</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/religiao-ganha-destaque-nas-campanhas-de-lula-e-bolsonaro-para-o-2o-turno/>





teste de integridade com a biometria<sup>4</sup> e a conferência de Boletins de Urna emitidos no 1º turno por entidades fiscalizadoras<sup>5</sup>.

Ainda, o 2º turno das eleições 2022 foi marcado pelo acirramento de ânimos entre as candidaturas à presidência a partir de episódios de violência envolvendo apoiadores de uma das candidaturas conhecidos do grande público<sup>6</sup>; assim como forte presença de movimentos de desinformação que terminaram por exigir uma atuação maior da autoridade eleitoral, no caso o TSE, principalmente no tema da propaganda eleitoral.<sup>7</sup> O engajamento nas redes sociais a favor de ambas as candidaturas foi algo marcante e que trouxe as plataformas digitais para o centro do debate eleitoral.<sup>8</sup>

Discursos envolvendo a desconfiança nas urnas eletrônicas, embora ainda em circulação, aparentemente perderam força a partir dos resultados dos testes de integridade que foram realizados em todo o país, além da atuação de diversas entidades fiscalizadoras e das missões de observação eleitoral tanto nacionais quanto internacionais.<sup>9</sup>

É neste contexto que o Brasil realizou o 2º turno das eleições 2022, nas quais foram eleitos os cargos de Presidência da República, além de governo de estado em 12 unidades da federação<sup>10</sup>. Além disso, foram realizadas eleições suplementares em 8 municípios pelo país<sup>11</sup>. Estas eleições ocorrem quando o mandato de ocupante do cargo

2

<sup>4</sup> <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/06/teste-de-integridade-das-urnas-com-biometria-nao-encontrou-falhas-diz-tse.htm>

<sup>5</sup> <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-finaliza-analise-de-boletins-de-urna-do-1-turno-das-eleicoes.htm>

<sup>6</sup> Mencionam-se os casos envolvendo o ex-deputado Roberto Jefferson e a deputada reeleita, Carla Zambelli. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/roberto-jefferson-se-entrega-a-policia-federal.shtml> e <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/carla-zambelli-pf-vai-apurar-acao-armada-de-deputada-e-suposta-agressao-de-apoiadores-do-pt.ghtml>

<sup>7</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/combate-a-desinformacao-tse-derruba-mais-de-uma-centena-de-postagens-com-narrativas-enganosas>

<sup>8</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/tse-e-plataformas-digitais-discutem-reforco-contrad-desinformacao-no-2o-turno-1>

<sup>9</sup> <https://veja.abril.com.br/politica/discurso-sobre-fraude-nas-urnas-perde-forca-mas-ha-brecha-para-confusao/>

<sup>10</sup> Alagoas; Amazonas; Bahia; Espírito Santo; Mato Grosso do Sul; Paraíba; Pernambuco; Rio Grande do Sul; Rondônia; Santa Catarina; São Paulo; Sergipe.

<sup>11</sup> Cachoeirinha (RS); Canoinhas (SC); Cerro Grande (RS); Entre Rios do Sul (RS); Joaquim Nabuco (PE); Pesqueira (PE); Pinhalzinho (SP); Vilhena (RO).





de prefeito do município foi cassado pela Justiça Eleitoral com decisão do Tribunal Regional Eleitoral [mesmo pendente recurso] ou transitada em julgado, exigindo uma nova eleição de acordo com a legislação eleitoral em vigor.

A Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022 da Transparência Eleitoral Brasil acompanhou com muito detalhe o desenvolvimento da campanha do 2º turno. Por ser uma organização cujo princípio fundamental é o desenvolvimento da democracia nas instituições e na sociedade civil, tendo por missão mobilizar xs interessadxs na promoção e consolidação de práticas democráticas, a TE Brasil credenciou-se como entidade observadora para as eleições 2022 (Portaria TSE nº 651/2022), tendo para o 2º turno 87 observadores, que percorreram 54 cidades em 15 Estados<sup>12</sup> e em consulados e embaixadas em 04 diferentes países<sup>13</sup>. Foram áreas urbanas e rurais, além de aldeias indígenas, ilhas, estabelecimentos prisionais e instituições socioeducativas.

Desta amostra de cidades, foram observadas 653 seções eleitorais ao longo do dia, assim como outras 76 no momento do fechamento da votação, 57 locais de transmissão de dados, e a totalização e apuração dos votos no TSE.

A TE Brasil segue em campo com a Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022 até a diplomação dos/as eleitos/as<sup>14</sup>, além de emitir o seu relatório final, com a análise completa dos dados coletados em 2023, bem como das denúncias que recebeu

3

<sup>12</sup> Minas Gerais: Bambuí; Uberaba; Belo Horizonte; São Roque de Minas; Piumhi. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro; Niterói; Distrito Federal / Brasília: Octogonal; Candangolândia; Núcleo Bandeirante; Riacho Fundo; Recanto das Emas; Varjão; Itapoã; Lago Norte; São Sebastião; Santa Maria; Jardim Botânico; Gama. Bahia: Salvador. Ceará: Fortaleza; Juazeiro do Norte; Barbalha; Crato. Mato Grosso do Sul: Dourados; Campo Grande; Terenos. Rondônia: Porto Velho; Candeias do Jamari. Paraíba: João Pessoa; Conde; Santa Rita; Lucena; Patos; Campina Grande; Alagoa Nova; Matinhas; Lagoa Seca. Paraná: União da Vitória; Curitiba; São José dos Pinhais; Almirante Tamandaré; Colombo. Santa Catarina: Porto União; Canoinhas. Rio Grande do Sul: Passo Fundo. Espírito Santo: Vitória. Pará: Belém; Ananindeua. São Paulo: São Paulo; Santos; Franca. Amazonas: Manaus; Iranduba.

<sup>13</sup> Estados Unidos (Washington e Nova Iorque); Espanha (Madri e Barcelona); Alemanha (Munique) e Itália (Roma).

<sup>14</sup> Segundo informações oficiais do TSE, eleitas e eleitos serão diplomados pela Justiça Eleitoral até 19 de dezembro. Para os cargos de presidente e vice-presidente da República, bem como de governador, a posse ocorre em 1º de janeiro de 2023. Parlamentares assumem os mandatos em 1º de fevereiro do próximo ano. (<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Janeiro/confirma-as-principais-datas-do-calendario-eleitoral-de-2022>).



referente a episódios que possam envolver ilícitos eleitorais por meio da plataforma Voto Transparente.

## 2) Período de campanha entre os turnos

Desde a divulgação dos resultados do 1º turno, todas as candidaturas estão autorizadas a continuar praticando atos de campanha, o que foi logo visto no dia seguinte ao domingo, 02/10. Alguns aspectos deste período merecem ser mencionados neste relatório, sendo objeto de observação. Vejam-se.

### a. Missões de Observação Eleitoral nacionais e internacionais

Como uma das novidades de 2022, as missões de observação eleitoral nacionais e internacionais trabalharam ativamente para exercer a sua função de acompanhamento das eleições. Muitas delas já emitiram seus respectivos relatórios após o 1º turno<sup>15</sup>, a exemplo da Transparência Eleitoral Brasil (TE Brasil).

Referente ao dia da votação, embora em número pequeno, integrantes da Missão relataram situações de impedimento da observação que foram resolvidos com a intervenção de mesários; de funcionários da Justiça Eleitoral, ou mesmo pelo diálogo e explicação sobre o que é a função de observação eleitoral, o que possibilitou a continuidade da observação em seguida. Em praticamente todos os casos, as obstruções foram por parte de fiscais de partido, o que sugere que há desconhecimento por parte destes sobre o que é a observação eleitoral e de sua importância para as eleições. Neste sentido, a TE Brasil informa que fará uma estratégia de informação aos partidos políticos para esclarecer questões sobre o tema, assim como se colocará à disposição das forças políticas para eliminar qualquer dúvida ou insegurança que possa haver referente ao trabalho de observadores/as.

<sup>15</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/publicacao-do-tse-compila-relatorios-de-missoes-de-observacao-eleitoral-no-brasil-e-no-mundo>



No que tange à Justiça Eleitoral, servidores e mesários, novamente a TE Brasil agradece a ótima recepção que teve em todos os 27 estados do país nos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE), bem como em consulados no exterior junto a diplomatas, que foram ainda mais solícitos com a Missão neste 2º turno.

**b. Mesários – dia da votação, comparecimento e desempenho no 1º e 2º turno**

O número de convocados/as para as eleições 2022 para exercerem a função de mesário para o 2º turno, totalizou 1.888.609 mesários e mesárias, sendo 47% em voluntariado e 53% mediante convocação.<sup>16</sup> Nas seções eleitorais observadas, o equilíbrio de gênero no desempenho dessa função ainda não se verifica, tal como ocorreu no 1º turno. Diante disto, renovam-se as recomendações feitas no 1º relatório parcial da TE Brasil de que a Justiça Eleitoral promova campanhas tanto de voluntariado para a função de mesário que vise à diversidade e equilíbrio entre os gêneros. Entende-se que esses esforços devem continuar sendo aplicados a fim de obter maior paridade de gênero na composição das mesas de votação, conforme já assentado pela Missão de Observação Eleitoral de 2020 da TE Brasil e no relatório parcial do 1º turno das eleições 2022.

O percentual de comparecimento de mesários foi de 97,64%, segundo informações da Justiça Eleitoral.<sup>17</sup> Ainda, conforme observado pela Missão, as pessoas mesárias ouvidas ao longo do dia da votação se sentiam seguras para desempenhar suas atividades, bem como afirmavam não terem dúvidas sobre procedimentos. Além disso, tinham conhecimento de que podiam contar com funcionários da Justiça Eleitoral em caso de incerteza sobre algo. No entanto, foi verificado em alguns estados que alguns procedimentos de finalização do dia da votação no 1º turno não foram devidamente cumpridos pelos mesários, como é o caso da recolocação do lacre das urnas eletrônicas

<sup>16</sup> <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-mesarios/home?session=4497627846458>

<sup>17</sup> <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-mesarios/home?session=15802885200680>



após a extração da memória de resultado, ou também a confusão identificada entre os lacres disponíveis para recolocar na urna. Cabe esclarecer que, numericamente, foram muito poucos os casos.

Mesmo assim, tais achados podem ser considerados como exceção e não foram amplamente verificados por onde a Missão de Observação Eleitoral Nacional esteve, antes da realização do 1º turno. Assim, embora o treinamento de mesários possa dar uma ênfase nestes procedimentos de encerramento do dia da votação, até para prevenir problemas e eventuais situações, até o momento não se tem que os casos identificados possam indicar algum tipo de vulneração da integridade do processo eleitoral de 2022.

Assim, recomenda-se intensificar o treinamento de mesários nestes procedimentos de encerramento, destacando a importância da atenção e do cuidado ao executá-los. É sabido que os/as mesários/as estão mais propensos a erros ao final do dia, considerando o cansaço e a ansiedade própria dos momentos finais de uma eleição. Contudo, o aperfeiçoamento no treinamento neste ponto pode ter resultados muito positivos, principalmente em pessoas que já tiveram a experiência de trabalhar em uma eleição anteriormente, melhorando o seu nível de conhecimento.

6

### **c. Centros de votação**

Para além do que já foi mencionado no Relatório Parcial da TE Brasil referente ao 1º turno, a Missão não verificou problemas por parte das pessoas em localizar sua mesa de votação. Nas seções e centros de votação observados, em 79% as pessoas tinham informação sobre a sua mesa de votação, sendo que as restantes puderam acudir-se junto a servidoras e servidores da Justiça Eleitoral. Não houve relatos de dificuldades que impedissem o exercício do voto.



#### **d. Lei Geral de Proteção de Dados e informação ao eleitorado**

Um dado importante verificado pelas equipes de observação foi a não afixação de listas de eleitores nos centros de votação sob o argumento de que isso violaria a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Deve-se chamar a atenção para a importância dos impactos desta interpretação no próprio direito de voto, que no sistema brasileiro também é uma obrigação. A lista de eleitores possui uma função de informação sobre onde a pessoa deve emitir o seu voto, e mesmo que existam ferramentas digitais como e-Título, há muitos/as eleitores/as que não dispõem de um *smartphone* ou que têm dificuldades com a tecnologia, como é o caso das pessoas idosas. Eliminar a lista de eleitores física é, também, prejudicar o acesso a esta informação, o que pode impedir o exercício do voto.

Este ponto será mais bem tratado no relatório final da Missão 2022 após análise dos dados coletados pelas equipes de observadores, assim como após consulta à autoridade eleitoral sobre o tema.

7

### **3) Candidaturas**

#### **a. Candidaturas por raça/cor/etnia e gênero**

No 2º turno das eleições 2022, segundo dados oficiais do TSE<sup>18</sup>, para o cargo de governo de estado concorreram 24 candidaturas, sendo 22 de homens e somente 2 de mulheres. Para o cargo de presidência da república, foram dois homens, com vices também homens.

<sup>18</sup>[https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/g%C3%AAnero?p11\\_menu=COR\\_RACA&clear=RP&session=5228163849337](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/g%C3%AAnero?p11_menu=COR_RACA&clear=RP&session=5228163849337)





No que tange à raça/cor branca, das 50 pessoas que concorreram aos cargos em disputa (desconsiderando eleições suplementares realizadas), 36 eram brancas; 11 pardas; 2 indígenas e 1 preta.<sup>19</sup>

Embora as mulheres representem 53% do eleitorado do país, o número de candidaturas a cargos majoritários parece ainda seguir um padrão predominante masculino e branco, refletindo a desigualdade na representação de mulheres em todos os níveis da federação. Esta situação reflete o que foi exposto no Relatório Parcial do 1º turno da TE Brasil no que tange à existência de uma espécie de bloqueio para mulheres serem eleitas, ainda que haja avanços, como pode ser considerado o caso do estado de Pernambuco, em que duas mulheres concorreram ao governo. Contudo, casos assim são muito raros ainda e exigem contínuos esforços para a mudança desta perspectiva.

Diante disto, recomenda-se que as instituições continuem investindo em políticas inclusivas de gênero, e que esse esforço seja intensificado pelo Congresso Nacional, no sentido de adotar uma legislação mais efetiva, complementando a política de cotas de candidaturas, além de aperfeiçoá-la, tendo como enfoque também cargos majoritários e não somente as eleições proporcionais.

8

#### 4) Violência política

Conforme relatado no contexto político trazido ao início deste relatório, a violência política se fez bastante presente entre os turnos das eleições 2022. Se em um primeiro momento houve a sensação de que o 1º turno havia transcorrido em um quadro de tranquilidade e normalidade, após a divulgação de seus resultados foi possível verificar que isto pode ser sido apenas uma aparência.

Casos envolvendo ofensas entre candidaturas, entre eleitores, entre simpatizantes das campanhas e até entre autoridades foram amplamente verificados,

<sup>19</sup>

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=15802885200680>





muitas vezes relacionando tais ofensas à prática de crimes com forte poder de comoção pública, como pedofilia e participação no crime organizado.<sup>20</sup>

A Missão de Observação Eleitoral Nacional da TE Brasil acompanhou com muita preocupação o crescimento do assédio moral tanto em estabelecimentos religiosos (envolvendo candidaturas com forte apelo religioso, líderes religiosos e fiéis)<sup>21</sup>, como o que alcançou trabalhadores por todo o país, vindo de seus empregadores, para que uma determinada opção política fosse votada.<sup>22</sup>

Relatório divulgado pela Justiça Global trouxe dados que corroboram o visível aumento da violência no processo eleitoral brasileiro de 2022. O estudo indica que os 2 meses que antecederam o 1º turno das eleições registraram quase o mesmo número de episódios de violência política e eleitoral do que os sete primeiros meses de 2022. Foram identificados 523 casos de violência política envolvendo 482 vítimas, sendo estas representantes de cargos eletivos, candidatos/as ou pré-candidatos/as e agentes políticos no Brasil. O número de casos em 2022 já supera o total de 2020, quando houve eleições municipais e é mais de 400% maior do que o número de casos registrados em 2018, quando também houve eleições presidenciais.<sup>23</sup>

Também ao longo da Missão, observou-se uma quantidade crescente de casos noticiados pela imprensa envolvendo pessoas e discussões mais acirradas, que terminavam inclusive em violência física (agressões e assassinatos), bem como ameaças e danos materiais, por motivos políticos.<sup>24</sup> Atos de campanha também foram prejudicados por eventos envolvendo armas de fogo.<sup>25</sup>

<sup>20</sup> <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/29/guerra-suja-nas-redes-aposta-em-fake-news-batalha-religiosa-apoios-ineditos-como-foi-a-campanha-do-2o-turno-da-eleicao.ghtml>

<sup>21</sup> <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/11/cnbb-religiao-nas-eleicoes.htm>

<sup>22</sup> <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/26/mpt-contabiliza-1284-empresas-acusadas-de-assedio-eleitoral.ghtml>

<sup>23</sup> <http://www.global.org.br/blog/numero-de-casos-de-violencia-politica-e-eleitoral-em-2022-e-400-maior-do-que-o-registrado-em-2018/>

<sup>24</sup> <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/10/5042370-levantamento-mapeia-111-casos-de-violencia-politica-apenas-em-setembro.html>

<sup>25</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/homem-fica-feriado-apos-atentado-contrato-do-pt-norio-grande-do-norte.shtml>





Segundo os dados citados, é possível verificar que há grupos sociais que estão mais expostos e mais vulneráveis à violência política, como é o caso das mulheres e de simpatizantes e militantes de opções políticas situadas mais à esquerda no espectro ideológico, o que pode sugerir a violação de liberdades políticas destes grupos, como a de manifestação política, a de associação para fins políticos e a de expressão. Este quadro de limitação e violação de liberdades devido à violência é inconcebível em qualquer democracia e deve ser objeto de condenação pública por todas as autoridades e órgãos do país, bem como pela própria sociedade.

Embora o quadro descrito causasse apreensão, durante a jornada eleitoral do 2º turno, a Missão pôde presenciar um dia de votação tranquilo, com poucas incidências envolvendo violência, seja contra candidaturas, contra eleitorado, mesários e/ou servidores da Justiça Eleitoral. Sem embargo, registraram-se alguns casos isolados contra integrantes das equipes de observadores que já foram relatados neste relatório. Contudo, segundo dados coletados da amostra de centros de votação percorridos, predominou um ambiente de tranquilidade para a emissão do voto.

Não é possível admitir tais eventos em uma democracia. Todo ato de violência no âmbito político deve ser diretamente combatido para que o exercício de direitos políticos não seja prejudicado. Deve-se garantir plena liberdade no voto e por parte de todo o eleitorado e de pessoas envolvidas com o processo eleitoral, assim como se deve assegurar que todas as candidaturas possam ter condições de realizar suas campanhas em plenitude, alcançando a população, que tem o direito de saber quem está concorrendo aos cargos.

Sendo assim, a Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022 repudia todos os atos violentos que presenciou ao longo do período eleitoral e fora desse, bem como insta a todos os envolvidos em discursos que possam provocar reações violentas que não ajam desta forma, aderindo aos valores da Carta Democrática Interamericana e da Constituição da República de 1988 no que tange à democracia e aos direitos políticos.

A Missão também ressalta a necessidade de se aprimorar o sistema de justiça para que casos desta natureza sejam reprimidos da forma devida e dentro do marco da



legalidade, possibilitando inclusive a sua classificação como um delito que se caracteriza como violência política, considerando que situações tipificadas como “motivo torpe”, tal como a legislação brasileira permite, pode não ser a alternativa mais adequada.

No relatório final da Missão, será feita uma análise com todos os dados colhidos pela equipe específica de observadoras e observadores para o exame da violência política de gênero.

## 5) Desinformação

Entre os turnos das eleições, foi visível o aumento de fluxo de desinformação, que fez com que a autoridade eleitoral tivesse que tomar providências inéditas para, ao menos, tentar controlar a situação.

Antes do 1º turno, o TSE firmou termos de cooperação com todas as plataformas digitais<sup>26</sup>, atribuindo a elas um papel fundamental de moderação de conteúdo que se revelasse falso. No entanto, a estratégia não se mostrou de todo eficiente, exigindo outras providências complementares a fim de aumentar o controle de informações falsas e uso de redes sociais com o fim específico de divulgar narrativas dissociadas de fatos. Uma destas medidas foi a aprovação de uma resolução que deu ao TSE maiores prerrogativas no exercício de poder de polícia sobre o tema (Resolução 23.714/2022). Além disso, percebeu-se grande repercussão de decisões judiciais envolvendo a Justiça Eleitoral e denúncias de notícias falsas, afetando a segurança jurídica que deve ser a regra em uma eleição.

Alguns casos resultantes destas decisões tiveram forte impacto, como é o caso do bloqueio da Jovem Pan (que é um canal de comunicação transmitido pela internet), que terminou impulsionando uma campanha de desinformação nas redes acusando o TSE de censura, caracterizando um ataque à autoridade eleitoral e politizando a sua

<sup>26</sup> Foram realizados acordos com Facebook; Kwai; Google; TikTok; Twitter; WhatsApp. Cf. <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/assinatura-de-acordos-plataformas-digitais>



participação no processo eleitoral<sup>27</sup>. Diversas polêmicas foram verificadas ao longo deste período pré-2º turno justamente pelo aumento da intervenção do TSE na regulação da campanha eleitoral à Presidência, que fez com que o exercício das prerrogativas da Corte na direção do cumprimento da lei fosse parte da própria campanha, algo que ainda se verificará qual o nível de danos que possa ter causado na imagem e na legitimidade da autoridade eleitoral.

Monitoramento de redes realizado pelo projeto Democracia em Xequê mostra que a desinformação alcançou todas as redes e enfocou temáticas relacionadas ao assédio religioso; forças armadas; alegações de fraude no sistema eletrônico de votação e violência contra integrantes do TSE. É possível falar em um aumento do engajamento de interação a partir de discursos mais radicalizados e que podem ter tido a intenção de provocar conflitos na sociedade, acirrando ânimos e, eventualmente, culminando em violência. A TE Brasil acompanhou durante todo o processo eleitoral este monitoramento de redes e trará conclusões mais objetivas em seu relatório final.

A desinformação é um mal que age nas democracias a fim de desestabilizá-las. Trata-se de um fenômeno mundial e que, infelizmente, vem atingindo diretamente os países em geral (sendo isto amplamente documentado e estudado). A TE Brasil reconhece as grandes virtudes que o programa de enfrentamento à desinformação do TSE possui, o que já foi inclusive mencionado por outras missões técnicas de observação eleitoral, como é o caso do Carter Center<sup>28</sup>.

É preciso seguir os esforços para combater a desinformação e que isto não se limite somente à autoridade eleitoral. Faz-se necessário que o Congresso Nacional aja de acordo com suas competências para aprovar leis que reforcem o controle de notícias falsas, como é o caso da Lei das *fake News*<sup>29</sup>, estimulando-se, ainda, o engajamento social consciente e atento na checagem de informações e na interrupção da cadeia de transmissão de informações falsas.

<sup>27</sup> <https://www.aosfatos.org/noticias/tse-jovem-pan-desinformacao/>

<sup>28</sup> <https://www.cartercenter.org/news/pr/2022/brazil-100522-portuguese.pdf>

<sup>29</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141944>





Embora seja um tema bastante polêmico por envolver concepções sobre a liberdade de expressão, a TE Brasil se manifesta no sentido de que não é possível utilizar-se destas estratégias que confundem a sociedade sob o pretexto do exercício da liberdade de expressão. A liberdade de expressão deve ser de todos e não pode ser utilizada como ferramenta de opressão de setores da sociedade mais vulneráveis. Sabe-se dos desafios que há entre o que pode e o que não pode ser moderado em redes sociais, porém o papel das plataformas é fundamental para que todas as leis referentes a este tema sejam de fato eficazes. Assim sendo, a TE Brasil chama a atenção para a grande responsabilidade das plataformas, para que elas sejam parte importante do enfrentamento à desinformação, pois se verifica que é somente por meio delas que será possível ao menos controlar situações já verificadas nas eleições 2018 e que se repetiram em 2022, em alguns casos com ainda mais contundência.

Alguns especialistas ouvidos pela Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022 destacaram a falta de transparência na atuação das plataformas tanto no que se refere ao cumprimento dos termos de cooperação, bem como à moderação de conteúdo<sup>30</sup> que eventualmente pode ter impactos econômicos no que se refere ao tráfego pago (campanhas de impulsionamento). A TE Brasil também desenvolverá pesquisas para contribuir com a formulação de soluções a este problema em parceria com outras organizações da sociedade civil e incluiu em suas agendas de atividades este tópico de análise.

Outro ponto importante são as campanhas de prevenção à desinformação por meio da educação para o voto. Embora não somente devido às notícias falsas, a TE Brasil recomenda a retomada de uma agenda completa de informação e educação para o voto, como forma de instrução da sociedade para que ela, inclusive, possa identificar por si mesma as informações falsas que circulam. Para além de um trabalho voltado à alfabetização digital – vital em todas as sociedades de hoje em dia – é importante fazer com que as pessoas tenham mais desenvoltura no manejo da tecnologia que compõe as

<sup>30</sup> <https://internetlab.org.br/pt/noticias/achearegra-internetlab-lanca-observatorio-de-termos-de-uso-das-plataformas-digitais/>



eleições brasileiras, gerando nelas a capacidade de identificação por si mesmas de uma notícia falsa envolvendo aspectos das eleições.

## 6) O dia da votação

O dia da votação transcorreu predominantemente com tranquilidade, não tendo sido identificadas incidências que pudessem comprometer a regularidade da emissão do voto pelo país e no exterior. Neste tópico, serão expostos os dados coletados pela equipe de observadores ao longo da jornada eleitoral.

### a. Participação do eleitorado

Embora tenham sido presenciadas grandes filas em boa parte das seções eleitorais no Brasil e no exterior no 1º turno, no 2º turno a situação foi diferente. Segundo dados oficiais do TSE, a participação do eleitorado manteve-se na média, tendo 20,91% de abstenção (32.716.740 de eleitores).<sup>31</sup> Somente no início da jornada eleitoral foram vistas filas, mas que fluíam com rapidez. Ao longo do dia, os centros de votação já se tornaram mais esvaziados.

Destaca-se o eleitorado que requereu o direito de votar em trânsito, ou seja, fora do seu domicílio eleitoral, de forma transitória. Nas eleições de 2022 e no 2º turno, foram 314.803 eleitoras e eleitores que votaram nesta situação.<sup>32</sup> Cabe destacar que na próxima eleição, estas pessoas voltam a votar nas suas respectivas seções eleitorais.

As seções eleitorais observadas iniciaram a votação no horário previsto, entre 8:00 até 8:30. Foi possível presenciar os procedimentos de início de votação com a emissão da zerézima, havendo intercorrências muito pontuais que exigiram a intervenção de funcionários da Justiça Eleitoral. Em todos os casos, a votação transcorreu normalmente.

<sup>31</sup> <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-comp-abst/home?session=10765808194497>

<sup>32</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/mais-de-300-mil-eleitores-votaram-em-transito-no-2o-turno-das-eleicoes>





## b. Centros de votação e acessibilidade

Os integrantes da Missão percorreram centros de votação em diferentes regiões das cidades, aportando variedade ao conjunto de seções eleitorais objeto de observação. Problemas de acessibilidade persistem, conforme foi relatado no Relatório Parcial do 1º turno. Contudo, também foram verificadas iniciativas muito interessantes que colaboram para a maior inclusão do eleitorado com deficiência. É o caso da existência de uma central de atendimento por videochamadas para pessoas com deficiência auditiva, presente no Rio Grande do Sul, Sergipe, Alagoas, São Paulo, Maranhão, Pernambuco e o Distrito Federal.

Este tema é determinante para o acesso ao voto. Reconhece-se todos os esforços da Justiça Eleitoral para garantir o acesso a centros de votação, independentemente de sua localização. No entanto, a solução deve ser dialogada também com as administrações municipais, distritais, estaduais e federais, para que seja possível a elaboração de políticas públicas efetivas que não visem somente o momento do voto, mas sim permitir que pessoas com deficiência tenham uma vida normal, com autonomia e independência.

No entanto, a Missão destaca a participação de mesárias e mesários com deficiência. As equipes se encontraram com cadeirantes e com deficientes visuais que exerceram o trabalho de mesário de forma voluntária. Isto destaca a importância da inclusão no processo de votação, seja via convocação de mesários, seja do eleitorado.

Por outro lado, a Missão também presenciou o voto em um asilo. A equipe de Curitiba (PR) compareceu ao lar de idosos “Socorro aos necessitados”, e no Hospital Erasto Gaertner, seções que foram montadas pelo “Projeto Cidadania Plena” do TRE PR.<sup>33</sup> Segundo relatos dos observadores, médicos e familiares de pacientes procuraram

<sup>33</sup> <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/tre-pr-realiza-acao-do-projeto-cidadania-plena-no-hospital-erasto-gaertner>



a seção para justificar o voto no hospital e que os idosos ficaram muito felizes de poder participar da votação.

Outro tópico que deve ser mencionado é novamente a quantidade de votantes idosos pelo país e as dificuldades reveladas com a tecnologia das eleições. Embora se reconheçam todos os benefícios que meios tecnológicos trazem ao processo eleitoral, esta dificuldade que atinge as pessoas mais idosas pode estar prejudicando o acesso ao voto. Elementos como *QR codes* para idosos que não possuem celulares inteligentes, por exemplo, ou que tenham pouca familiaridade com o novo modelo da urna eletrônica, deve ser objeto de atenção por parte da Justiça Eleitoral, para que desenvolva campanhas de educação para o voto, considerando que já existem campanhas para que este grupo social participe da votação. No 2º turno, novamente, foram presenciados muitos casos pela Missão que podem ter causado constrangimento nas pessoas idosas quando expunham a sua falta de familiaridade com a urna ou outros pontos das eleições, o que mostra a importância de se trabalhar sobre este ponto.

Ainda sobre as pessoas idosas, é necessário mencionar as dificuldades que muitas tem de locomoção até os centros de votação. Este fato, aliado com a falta de acessibilidade também verificada, fez com que se presenciasse situações em que foi necessário carregar a pessoa idosa, em cadeira de rodas, até a seção eleitoral; ou que houvesse casos em que familiares auxiliavam na locomoção da pessoa idosa, mesmo que com muita dificuldade.

As questões envolvendo pessoas idosas e a necessidade de sua inclusão para a participação nas eleições devem ser celebradas, ainda que possa ser um efeito da medida tomada em 2022 de que o voto seria considerado como uma prova de vida para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)<sup>34</sup>, como parte de uma política pública que pudesse também ter impactos na melhoria dos atendimentos de aposentados e pensionistas. Independentemente dos motivos, recomenda-se que a Justiça Eleitoral elabore um plano de inclusão para pessoas idosas, dando-lhes uma experiência positiva

<sup>34</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/votacao-nas-eleicoes-passa-a-valer-como-prova-de-vida-para-o-inss>



para a emissão do voto, evitando-se situações de constrangimento sua e de seus familiares.

### c. Voto no exterior

Na etapa pré-votação, foi observado que os postos de representação no Brasil no exterior puderam rever os esquemas de votação utilizados, considerando a experiência do 1º turno e da combinação de novas orientações do TSE. Dessa forma, houve em diversos pontos no exterior a reorganização das seções de votação no recinto eleitoral e da organização das filas, de forma que as longas filas no exterior, apesar de ainda presentes em algumas cidades, tenham sido reduzidas na maioria dos lugares observados. Alguns postos também ampliaram o número de voluntários/as presentes para a organização das filas.

A abertura da votação aconteceu de forma organizada e sem maiores problemas. No 1º turno, algumas urnas eleitorais apresentaram problemas na abertura de votação, o que não se repetiu no 2º turno.

Em algumas cidades no exterior, sobretudo naquelas que tiveram filas no primeiro turno, houve um maior comparecimento no período da manhã, com pequenas filas formando-se antes mesmo da abertura das urnas. O maior comparecimento no período da manhã gerou expectativa de maior comparecimento no segundo turno, que não se confirmou ao final da votação.

A aglomeração de apoiadores das candidaturas à Presidência em frente aos locais de votação foi observada em distintas cidades no exterior. Em Munique, Alemanha, foram observadas manifestações de boca de urna pela manhã, com dispersão no período vespertino. Em Washington, Estados Unidos da América, houve início de aglomeração em frente ao edifício do hotel Capital Hilton, local de votação, sendo que o posicionamento de dois grupos de apoiadores foi considerado potencialmente problemático para o trânsito e para a condução do processo de votação, com acusações de manifestação de boca de urna. A tensão foi prontamente dissolvida pelo juiz



eleitoral, o embaixador Joao Luiz Pereira Pinto, através do diálogo com ambos os grupos.

Assim como no 1º turno, as sessões observadas no exterior apresentam um baixo nível de comparecimento em termos comparativos com o território nacional. A participação do eleitorado não alcançou 50% na ampla maioria das sessões eleitorais observadas.

As cidades que haviam apresentado algum tipo de tensão entre apoiadores dos candidatos à Presidência reformularam o seu esquema de segurança, evitando permitir a concentração de pessoas ao redor dos locais de votação. A redução das filas e do tempo geral de espera para votação foi apontada como importante para a redução da tensão geral. O stress causado pelas longas filas e dificuldades logísticas no 1º turno deu lugar a uma jornada de votação mais organizada.

O encerramento de votação ocorreu em horário previsto. O pleno funcionamento das urnas eletrônicas e a melhor logística de organização dos locais de votação permitiram que o encerramento da votação sem a presença de eleitores nas filas. A transmissão de resultados também foi acelerada pelo pleno funcionamento das urnas eletrônicas. A geração das mídias digitais e a transmissão dos resultados ocorreu de maneira mais célere que no 1º turno, sem registro de problemas.

Como comentários gerais, a diferença de organização entre os dois turnos aponta para a necessidade de construção de uma memória institucional na organização das zonas de votação no exterior. Foi relatado à Missão que a organização do local de votação para o 1º turno aconteceu sem prévio conhecimento do comportamento de cada seção eleitoral. Variáveis como composição etária das mesas, proximidade de residência dos eleitores registrados em cada mesa, assim como o próprio número de eleitores por mesa, influenciam a organização logística. Neste sentido, a TE Brasil recomenda que se invista na construção de um registro institucional que possa evitar o desconhecimento sobre aspectos tão importantes e que possam dar uma experiência mais positiva para o voto de brasileiros que vivem em outros países.



O esforço de melhoria na organização logística da votação foi observado em todos os centros observados. Soluções inovadoras foram identificadas em Washington, Estados Unidos da América, onde foi utilizado um sistema de cores em faixas coladas ao chão que permitiam ao eleitorado acompanhá-las da entrada do local de votação até a mesa da seção de votação correspondente. Em Barcelona, os voluntários responsáveis pela organização das filas utilizaram rádios de curto alcance para a comunicação, controlando o fluxo de eleitores em cada estada da organização das filas.

A ampliação dos fiscais partidários também foi uma constante nos locais observados. Em alguns locais, como Barcelona, estiveram presentes pela primeira vez fiscais da candidatura de Jair Bolsonaro, já em outros, como Washington, Estados Unidos da América, a candidatura de Luíz Inácio Lula da Silva ampliou de 1 para 4 o número de fiscais entre os dois turnos.

Há pouca padronização entre os locais de votação no exterior, dando origem a contextos muito distintos. Os locais observados variavam entre hotéis e centros culturais brasileiros. Alguns locais de votação, como Madri, Espanha, a votação se desenvolveu na Casa do Brasil, espaço cultural vinculado à embaixada brasileira, e ali foram organizados espaços que permitissem o comércio ambulante.

Por outro lado, cabe sempre destacar, os efeitos da situação migratória do eleitorado brasileiro no exterior na possibilidade do exercício de seus direitos políticos. Na Espanha, foi observado que eleitores se retiraram do local de votação com a chegada das forças de segurança espanhola, alegadamente por receio devido à situação irregular da sua estadia no país europeu. Em Nova Iorque, o Consulado brasileiro acionou o Departamento de Polícia para evitar que se repetisse a situação de aglomeração de grupos opositores como no 1º turno. Em resposta, a polícia nova iorquina fez a segurança do local de votação durante toda a jornada com bloqueio da rua de acesso ao edifício onde ocorria a votação. Embora a aglomeração tenha sido evitada no 2º turno, é difícil averiguar o efeito da ação na participação de cidadãos brasileiros, cujos direitos políticos não são condicionados pela sua situação migratória.



Ainda, sobre as dificuldades de diálogo e obtenção das informações para a observação, na Espanha, isto se repetiu no 2º turno. Contudo, mesmo assim foi possível a obtenção das informações necessárias. Mesmo assim, a TE Brasil cumprimenta o trabalho realizado pelas missões de representação do Brasil no exterior na organização da votação fora do território nacional e se coloca à disposição para trabalhar em cooperação para a melhoria da experiência de voto no exterior.

Por fim, o 2º turno contou também com maior suporte do TSE às missões no exterior. Cidades como Washington, que tiveram problema com uma urna eletrônica no 1º turno, receberam um número extra de urnas eletrônicas, que permaneceram inutilizadas, mas que poderiam ter sido úteis em caso de falha técnica. No entanto, durante o comparecimento dos integrantes da Missão, não foi observada a presença de funcionários da missão extra enviada pelo TSE ao exterior para dar suporte às missões de representação (deve-se notar que a observação no exterior não tem pretensão de significância estatística, pelo que apenas se faz constar neste relatório a título de conhecimento, não sendo isto uma afirmação absoluta).

20

#### **d. Voto em centros prisionais e institutos socioeducativos**

A Missão da TE Brasil também acompanhou o voto de pessoas privadas de liberdade em um centro de detenção feminino (Penitenciária Feminina de Santana), São Paulo, capital, bem como nos Institutos socioeducativos de menores infratores Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA, também em São Paulo, capital, e Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider, em Fortaleza, Ceará. Todos os acessos foram acompanhados de instruções por parte dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, sendo que aos/as observadores/as seguiram todas as regras que foram solicitadas pelas entidades.

A votação foi tranquila na penitenciária feminina. As detentas aptas a votar eram apenas as que se encontram em regime provisório, aguardando julgamento. Cabe mencionar que detentas condenadas não podem votar por disposição constitucional. A



organização foi boa e o planejamento, bem feito. Por volta das 10:00 todas as detentas já haviam votado e/ou justificado o voto. Havia a presença de um fiscal de partido e uma representante do TRE-SP.

Havia 2 mesárias, havendo faltado outra por problemas de saúde. Por sua vez, as funcionárias e funcionários da penitenciária relataram insatisfação por não terem podido votar, pois os turnos que eles fazem são flexíveis e mudam com frequência. Alguns foram informados da mudança de turno somente na semana anterior, o que inviabilizou a participação nas eleições. Diante disto, questionaram se não poderia haver uma maior flexibilidade para os pedidos de voto em trânsito, a possibilidade de fazê-lo de forma virtual e que fosse próximo também do 2º turno.

No total, 54 funcionários justificaram o voto na unidade prisional por estarem longe dos seus locais de votação, que se situavam em outras cidades. Havia 61 eleitores aptos a votar, comparecendo 53. Algumas detentas precisaram justificar o voto porque haviam sido recém transferidas de outras unidades prisionais.

Por sua vez, a experiência de acompanhar o voto de jovens e adolescentes nos institutos socioeducativos também transcorreu com normalidade. Os jovens se mostraram muito animados com a oportunidade de votar e demonstraram muita curiosidade com a urna eletrônica. Funcionários da Justiça Eleitoral explicaram as funcionalidades da urna, bem como deveria ser a emissão do voto. As famílias dos jovens foram instruídas a falar com eles sobre política, dando-lhes informação para a decisão para o voto, o que se refletiu no grande interesse de se votar, principalmente para o cargo de Presidência da República.

Em Fortaleza, estavam alistados 31 eleitores, sendo 26 votantes. Já em São Paulo, eram 79 votantes. Houve relatos dos mesários de como os jovens reagiram após o momento da emissão do voto, sentindo-se mais integrados com o que acontece na sociedade, mesmo os que antes tinham declarado não ter interesse a votar. Toda a operação em ambos os casos foi bem organizada e transcorreu com tranquilidade. Em São Paulo, as mesárias eram funcionárias da Fundação CASA e havia a presença de um fiscal de partido.



Iniciativas como esta são muito importantes não só para se gerar uma cultura democrática, mas também para não excluir estes grupos sociais dos processos decisórios. Isto é ainda mais marcante no caso dos jovens, que contam com muito tempo de vida e que devem ser motivados a votar, exercendo os seus direitos políticos em sua plenitude na sociedade após deixarem a condição de reeducandos.

A TE Brasil felicita o trabalho da Justiça Eleitoral neste sentido da inclusão, bem como agradece todo o acesso que obteve para realizar a observação nestes recintos. A TE Brasil seguirá com a agenda de inclusão e deseja colaborar cada vez mais para que todas e todos tenham pleno acesso ao voto, seja na condição que for, junto com as autoridades eleitorais locais. Agradecemos especialmente ao TRE-SP e ao TRE-CE por todo o auxílio neste tema.

#### **7) Acompanhamento de eleições suplementares – Canoinhas, Santa Catarina**

A Missão também acompanhou a realização da eleição suplementar na cidade de Canoinhas, Santa Catarina, que elegeu um representante para o cargo de prefeito. É importante mencionar que é possível aproveitar a realização de uma eleição para também organizar uma suplementar, por fins de organização e gestão eleitoral.

Segundo relatos e dados das observadoras, o ambiente foi de tranquilidade, havendo maior movimento de votantes na parte da manhã. Autoridades eleitorais e mesários demonstraram muito interesse na presença de observadores, o que possibilitou o esclarecimento de dúvidas que poderiam surgir.

Ao todo, foram visitados 3 centros de votação da cidade de diferentes tamanhos e realidades, caracterizados por inexistência de filas, mesários treinados e pouca dificuldade para a emissão do voto. Não foram identificadas dificuldades no eleitorado devido à realização de eleições suplementares simultaneamente ao 2º turno das eleições gerais, mesmo com a disputa para o cargo de governo de estado.

A TE Brasil agradece a promotoria eleitoral, bem como os juízes eleitorais locais, pela recepção muito positiva das nossas observadoras.



## 8) Integridade do sistema eletrônico de votação

No Relatório Parcial do 1º turno já foram destacados diversos aspectos referentes à integridade do sistema eletrônico de votação. Muitas medidas que visavam aumentar a transparência e a confiabilidade no sistema tiveram impacto positivo, como foi o caso dos testes de integridade com a biometria, por exemplo.

Diante disto, este relatório mencionará os elementos observados entre os dois turnos das eleições 2022, bem como alguns achados que a TE Brasil, por meio de sua análise de dados, pôde constatar. Além disso, serão mencionados aspectos da observação eleitoral feita nas gerações de mídias e lacração das urnas; testes de integridade e conferência de Boletins de Urna (BU).

### a. Conferência dos logs das urnas com os resultados do 1º turno

A partir dos dados abertos dos boletins de urna, disponibilizados no Portal de Dados Abertos do TSE, especialistas em tecnologia da Missão da TE Brasil realizaram a soma dos votos emitidos ao cargo de Presidência da República, por meio de programação de scripts (pequenos programas), conforme os dados dos Boletins de Urna (BU). Isto é possível de ser feito, de forma independente e pela primeira vez, através da disponibilização dos arquivos digitais dos boletins de urna, dos Registros Digitais de Votos (RDV) e logs, ocorrida nesta eleição.

Esta disponibilização dos dados abertos consta no Plano de Ação elaborado no âmbito da Comissão de Transparência das Eleições do TSE (CTE), da qual a TE Brasil faz parte. Assim dispõe a medida nº 8:

*8 - Publicação dos arquivos Registros Digitais dos Votos (RDV) e Logs das Urnas*



Segundo a CTE, com esta medida, esperava-se facilitar a verificação da apuração dos votos em cada urna eletrônica, possibilitando análises a partir de estatísticas da votação e a apuração do resultado da seção eleitoral a partir dos registros dos votos do RDV, comprovando-se o resultado do Boletim de Urna. A partir dos arquivos RDV e log da urna seria possível, sem a participação da Justiça Eleitoral, com autonomia e independência, apurar o resultado de cada seção eleitoral do país e compará-lo com o resultado dos BU divulgados na seção eleitoral e, posteriormente, na Internet. Para fortalecimento dessa medida, o TSE divulgou toda a documentação necessária para a conferência e análise dos arquivos, organizando-a de forma que o usuário possa verificar os RDV de apenas um estado, município ou zona eleitoral. Um dos principais marcos dessa medida é a publicação do RDV e logs de urna em repositório integrado com o Programa de Dados Abertos, bem como de toda a documentação necessária para que possa ser feita a conferência e análise desses documentos.<sup>35</sup>

Além da conferência dos BU e soma de votos, também foi possível, por meio destes dados abertos, analisar, por exemplo, o número de votos dados a cada hora e proporção de votos dados com biometria e sem biometria, por exemplo. A TE Brasil está trabalhando para uma verificação mais completa que será trazida no Relatório Final da Missão 2022.

Sobre a soma dos votos nos BU, nenhuma inconsistência foi constatada.

Este achado se alinha ao relatório do Tribunal de Contas da União divulgado no dia de votação do 2º turno. Segundo o TCU, houve a análise da amostra de 4.161 BU do 1º turno das eleições, com cerca de 5,8 milhões de informações que foram comparadas entre BU físicos e digitais. Nenhuma divergência foi encontrada. A amostra foi selecionada aleatoriamente e entregue fisicamente ao TCU pelo TSE.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/plano-de-acao-elaborado-pela-comissao-de-transparencia-deixara-as-eleicoes-ainda-mais-seguras>

<sup>36</sup> <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-finaliza-analise-de-boletins-de-urna-do-1-turno-das-eleicoes.htm>



Este relato demonstra a importância do Plano de Ação elaborado pela CTE nas eleições 2022 e ressalta a necessidade de tornar a Comissão um órgão permanente do TSE. Os impactos das medidas que foram adotadas devido ao Plano de Ação produziram resultados concretos no aumento da integridade do sistema eletrônico de votação. Este processo deve ser contínuo, sem se limitar a somente uma eleição. É devido a isto que se recomenda ao TSE que faça com que a CTE seja um órgão permanente, a partir de um espaço de interação e diálogo entre a Corte, instituições de estado, sociedade civil e especialistas em tecnologia.

Isto já ocorreu com o Programa de Enfrentamento à Desinformação devido à sua relevância e o mesmo poderia ocorrer com a CTE. Diversas propostas para o aperfeiçoamento do sistema como um todo podem ser pensadas a médio e longo prazo por meio de uma construção coletiva que vise ao fomento da integridade democrática do Brasil e os resultados podem ser ainda mais positivos do que os observados nas eleições 2022.

Por outro lado, é importante destacar outras iniciativas vindas desde os TRE e que são muito interessantes que foram experimentadas pela Missão, como é o caso do QRTot, do TRE de Santa Catarina. O aplicativo, segundo o Tribunal, permite a qualquer pessoa fazer uma apuração independente da Justiça Eleitoral nas eleições 2022, em âmbito estadual, para atestar a confiabilidade do processo eleitoral brasileiro. O aplicativo permite a leitura do QR Code que os BU têm, após o término da votação em cada seção eleitoral. A partir disso, ao mesmo tempo em que lê os votos computados no equipamento, o QRTot transmite a informação para um repositório alojado em nuvem privada, onde é feito o somatório dos votos das seções eleitorais lidas. Com isto, é possível saber previamente ao resultado oficial o número absoluto de votos de cada candidatura.<sup>37</sup>

Integrantes da Missão puderam testar o aplicativo, relatando uma experiência positiva no resultado. Não foram identificadas inconsistências pelas equipes e a

<sup>37</sup> <https://www.tre-sc.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/aplicativo-qrtot-ja-esta-disponivel-para-download-na-loja-do-mpsc>



facilidade no manejo do aplicativo foi um dos pontos de destaque. Felicitamos o TRE-SC pela iniciativa que traz ainda mais acessibilidade e transparência ao sistema eletrônico de votação.

## **b. Geração de mídias e lacração de urnas**

As equipes da Missão de Observação Eleitoral da TE Brasil presenciaram novamente e por todo o Brasil os diversos momentos de geração das mídias que são inseminadas na urna eletrônica (*flash cards* com a lista de candidaturas e mídias de resultados), assim como o lacre de todas as urnas com selo oficial próprio, assinado por autoridades eleitorais. As equipes estiveram em 26 unidades da federação<sup>38</sup> e em diversas zonas eleitorais em que foi possível observar este procedimento, que também contou com os autotestes da urna e procedimentos de auditoria. No entanto, para diversificar a presença das equipes, foram incluídas zonas eleitorais situadas em cidades do interior do país, como foi o caso da aldeia indígena Funil, do povo Xerente, no interior do estado do Tocantins.

26

Com isto, foi possível verificar que os procedimentos de geração de mídias e lacre de urnas foi devidamente executado também em zonas fora de capitais, atendendo à normativa eleitoral em vigor para que se possa garantir a segurança do sistema eletrônico de votação e da preparação das urnas eletrônicas.

Conforme os dados coletados, ao contrário do que foi presenciado no 1º turno, não houve a presença de entidades fiscalizadoras na maioria das cerimônias de geração de mídias e lacre de urnas. Houve a presença, em apenas um caso dos observados, de representantes das Forças Armadas (em Recife, Pernambuco); e fiscais de partido em outra ocasião (Distrito Federal).

---

<sup>38</sup> Infelizmente, devido a problemas de malha aérea, não foi possível comparecer ao TRE-MT dentro do calendário previsto para estes eventos. No entanto, agradecemos ao ponto focal do Tribunal (pessoa responsável pelo contato com a Missão) pelo atendimento muito atencioso às nossas equipes para verificar todas as possibilidades de comparecimento.



Conforme também foi exposto no Relatório referente ao 1º turno, foi possível também verificar a diversidade que há na organização destes procedimentos. A maioria dos entes federados realiza estas cerimônias de forma descentralizada, ou seja, nem tudo é preparado na capital. Além disso, o calendário é organizado de forma independente por cada TRE, dentro de um período estabelecido para estes procedimentos. Isto faz com que estes processos possam ocorrer simultaneamente por todo o país.

Iniciativas tecnológicas de alguns TRE foram apresentadas à Missão durante a visita para acompanhar a preparação das urnas. No TRE-PI, o depósito de urnas conta com o sistema RFID, que permite a leitura das urnas cadastradas no Tribunal através de código de barras, identificando assim a sua localização.<sup>39</sup> Já no TRE-PE, há a leitura do código de barras das urnas que se encontram preparadas para serem encaixotadas e transportadas para as suas respectivas seções eleitorais.

Em todos os estados foi possível acompanhar os procedimentos, observar a organização e o progresso do contingente de urnas preparadas. O corpo de servidores deu todas as informações necessárias para a compreensão do que estava sendo feito e os observadores puderam coletar dados e fazer diversas fotos.

Já no que se refere aos editais de convocação das cerimônias, a Missão de Observação Eleitoral superou algumas dificuldades de acesso às informações, principalmente devido aos pontos focais indicados pelos TRE. No entanto, alguns problemas que já tinham sido identificados no 1º turno se renovaram, como a divergência de datas informadas como previstas para as cerimônias e as que efetivamente foram incluídas no edital público de convocação; e a incerteza sobre datas, mesmo com a proximidade da data das eleições.

Considerando este achado, a título de sugestão já feita no Relatório do 1º turno, esta comunicação externa pode ser aprimorada com algumas iniciativas que alguns TRE já adotam e que poderiam ser nacionalizadas ou replicadas em outras cortes, como é o caso da publicação do calendário completo na página web do respectivo TRE ou até

<sup>39</sup> <https://www.tre-pi.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Marco/tre-pi-inaugura-o-mais-moderno-deposito-de-urnas-do-pais>



mesmo o envio de tais editais diretamente para os contatos informados das entidades fiscalizadoras e observadoras. Isso possibilitaria uma melhor sistematização e sincronia entre estas instituições, aumentando as possibilidades de presença nestes momentos que são de grande importância para a preparação das urnas eletrônicas.

A Missão de Observação Eleitoral também presenciou diversos testes de integridade, tanto os realizados no dia anterior ao da votação como os com a biometria, que fizeram parte do projeto-piloto anunciado pelo TSE.<sup>40</sup> Neste sentido, a exemplo do que ocorreu no 1º turno, a Missão constatou que os testes prosseguiram com normalidade também no 2º turno, não havendo intercorrências que pudessem comprometer o seu resultado. O mesmo comentário pode ser aplicado ao projeto-piloto do teste de integridade com a biometria, que aguarda relatórios formais de entidades fiscalizadoras como o TCU e as Forças Armadas. No que foi observado, a TE Brasil pôde verificar que nenhuma intercorrência foi identificada neste teste.

Por ser um projeto-piloto, o teste de integridade com a biometria certamente poderá ser objeto de aprimoramento. São reconhecidos todos os esforços feitos pelos TRE que participaram da iniciativa para que o resultado fosse positivo, bem como entende-se o desempenho do teste será mais otimizado nas próximas eleições em que ele for realizado, a partir de uma estratégia de comunicação ao eleitorado mais eficaz, planejada com maior tempo de antecipação a fim de dirimir todas as dúvidas que os/as voluntários/as possam ter em participar.

28

## 9) Transmissão e totalização dos votos

### a. Boletins de urna, transmissão de dados e divulgação dos resultados parciais

<sup>40</sup> <https://www.tse.jus.br/comunicacao/radio/2022/setembro/tse-simula-projeto-piloto-do-teste-de-integridade-com-biometria>



Durante o acompanhamento do encerramento da votação, foi possível verificar o cumprimento dos procedimentos por parte de agentes das mesas receptoras de votos e funcionários da Justiça Eleitoral. Os Boletins de Urna (BU) foram afixados na porta das seções eleitorais, sendo também distribuídos para algumas pessoas, bem como para integrantes da Missão. A equipe recolheu diversos BU para conferência e o resultado desta análise será exposto no Relatório Final.

Em grande parte das seções observadas, a votação encerrou entre 17:00 e 17:30, já possibilitando a transmissão de dados para a divulgação dos resultados. As equipes que se dirigiram aos TRE e ao TSE logo puderam presenciar a chegada dos dados da votação.

Não houve atrasos ou intercorrências no momento da transmissão de dados. Foram identificados somente alguns relatos de falta de energia elétrica devido a fortes chuvas (União da Vitória, Paraná; Porto União, Santa Catarina), que causaram demora, mas que não impediram que os procedimentos fossem executados.

29

#### **b. Totalização no Tribunal Superior Eleitoral**

A totalização dos votos no TSE transcorreu de forma normal, dentro do tempo esperado. Proximamente às 20:15 já era possível ver resultados consolidados, ainda que não houvesse 100% das urnas apuradas.

A equipe da TE Brasil permaneceu no TSE até a realização da coletiva de imprensa de proclamação dos resultados. Não houve qualquer evento que sugerisse a quebra da normalidade da etapa final do 2º turno das eleições.

### **10) Considerações finais**

A Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022 felicita a sociedade brasileira pelas eleições 2022. O eleitorado participou, fez-se ouvir por meio das urnas e declarou a sua vontade, aportando legitimidade ao resultado.



A TE Brasil também cumprimenta a Justiça Eleitoral, desde o TSE até os TRE, bem como todo o corpo de servidores, pelo trabalho de organização das eleições 2022. A dedicação de todas as esferas da autoridade eleitoral resultou em um processo planejado, íntegro e que atendesse aos procedimentos previstos na normativa em vigor.

A Missão também celebra a atitude positiva e de tranquilidade de brasileiras e brasileiros, que prevaleceu tanto no 1º quanto no 2º turno. Democracia é um meio de solução pacífica de conflitos e o Brasil demonstrou desejar esta pacificação.

Ainda, a Missão agradece profundamente à toda a equipe de observadoras e observadores, que não pouparam esforços para coletar todos os dados que aqui estão expostos. Cada um/a dos/as integrantes da Missão contribuiu para o sucesso do projeto e a TE Brasil reconhece a grande importância que este corpo valoroso de voluntários/as tem.

Por fim, a TE Brasil exorta a todas e a todos o respeito ao resultado das urnas. Este resultado deve ser respeitado pelas instituições, pelos atores políticos e pelos partidos políticos. Eventual contestação deve ser baseada em fatos e em provas de desvios, unicamente através de vias institucionais existentes. Em uma democracia, a aceitação dos resultados é um dos pilares principais que elevam o valor da soberania popular.

A Missão de Observação Eleitoral Nacional 2022 permanece ativa até a diplomação dos/as eleitos/as.